

UEB

União dos Escoteiros do Brasil

Proposta de Estatuto Social

Versão após reunião Estatuinte
Fevereiro de 2019

ESTATUTO SOCIAL DA UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL

Capítulo I
Denominação, duração e sede

Art. 1. A União dos Escoteiros do Brasil ou, abreviadamente, "UEB" ou "Escoteiros do Brasil", é uma instituição de educação, cultura, assistência social e proteção ambiental, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação privada de fins não econômicos, fundada em 4 de novembro de 1924, por tempo de duração indeterminado, que se regerá por este Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Parágrafo único - A "Escoteiros do Brasil", para execução de suas atividades, poderá desenvolver programas, projetos e iniciativas com amparo em leis federais, estaduais e municipais de incentivo ao esporte e à cultura ou captar recursos junto aos Conselhos (Municipais, Estaduais e Federal) de Direitos da Criança e do Adolescente, da Juventude, Assistência Social, Meio Ambiente e outros vinculados aos seus objetivos, e junto a secretarias, fundações e instituições que atuem em áreas afins.

Art. 2. A "Escoteiros do Brasil" tem sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, podendo abrir, manter e encerrar estabelecimentos em qualquer outra localidade do Brasil, mediante decisão do Conselho de Administração Nacional.

Capítulo II
Objetivo social, princípios e organização

Art. 3. A "Escoteiros do Brasil" expressa a unicidade, organicidade e comunhão do Movimento Escoteiro no Brasil e, como tal, é a organização incumbida de representar, organizar, desenvolver e articular os praticantes do Escotismo no país, visando o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens na forma estabelecida em seu projeto educativo.

Parágrafo primeiro - A "Escoteiros do Brasil", desde a sua fundação, é titular do registro internacional junto à Organização Mundial do Movimento Escoteiro (*World Organization of the Scout Movement*), possuindo exclusividade para implementação, coordenação e prática do Escotismo no Brasil.

Parágrafo segundo - A "Escoteiros do Brasil" é membro fundador da Conferência Escoteira Interamericana (*Conferência Scout Interamericana*).

Parágrafo terceiro - A "Escoteiros do Brasil", tal como assegurado no decreto federal nº 5.497, de 23 de julho de 1928, e no decreto-lei nº 8.828, de 24 de janeiro de 1946, tem exclusividade na produção, na comercialização e uso de símbolos e distintivos escoteiros, cabendo ao Conselho de Administração Nacional a sua normatização.

Art. 4. O dia 23 de abril, data alusiva ao Dia Mundial do Escoteiro, é consagrado como Dia Nacional do Escotismo, conforme lei federal nº 13.621, de 15 de janeiro de 2018.

Art. 5. A atuação da “Escoteiros do Brasil” tem como foco o interesse público, expresso pela educação de crianças, adolescentes e jovens, e guia-se pelos seguintes princípios:

- i. VALORES: O Movimento Escoteiro contribui para a educação do jovem por meio de um sistema de valores baseados na Promessa e na Lei Escoteira;
- ii. IMPARCIALIDADE: O Movimento Escoteiro não faz nenhuma distinção de nacionalidade, raça, gênero, orientação ou identidade sexual, religião, condição social, ou opinião política, obedece ao princípio da universalidade do atendimento, sendo-lhes vedado dirigir suas atividades a categoria profissional;
- iii. NEUTRALIDADE: a fim de merecer e conservar a confiança de toda a sociedade, o Movimento Escoteiro abstém-se de apoiar ou contrapor-se a partidos políticos, candidaturas a cargos públicos ou iniciativas de caráter político-partidário, ou participar, em qualquer tempo, de controvérsias de ordem política, racial, religiosa ou ideológica;
- iv. INDEPENDÊNCIA: o Movimento Escoteiro é independente, não sendo vinculado a governos, partidos políticos, empresas ou outras organizações;
- v. VOLUNTARIADO: O Movimento Escoteiro tem base voluntária, caráter desinteressado e é sem finalidade lucrativa;
- vi. UNIVERSALIDADE: o Movimento Escoteiro é aberto à admissão de novos praticantes do Escotismo, conforme as regras estabelecidas;
- vii. LISURA ADMINISTRATIVA: Em todos os atos de gestão, os integrantes da administração do Movimento Escoteiro deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, devendo adotar práticas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório. Para tal fim, entendem-se como benefícios ou vantagens pessoais, aqueles obtidos pelos dirigentes e integrantes da administração e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais e afins até o segundo grau, ou por pessoas jurídicas das quais os indivíduos anteriormente mencionados sejam controladores ou detenham mais de 10% (dez por cento) das participações societárias.

Art. 6. A “Escoteiros do Brasil” se organiza em três níveis:

- i. LOCAL: Representado pelas Unidades Escoteiras Locais (Grupos Escoteiros e Seções Escoteiras Autônomas), que, podendo contar com o suporte de entidades locais de apoio ao Escotismo credenciadas, incumbe-se da ação socioeducativa de atendimento às crianças, adolescentes e jovens dentro do projeto educativo da “Escoteiros do Brasil”;
- ii. REGIONAL: Representado pelas Regiões Escoteiras, com atuação no território correspondente a cada unidade da federação ou àquele que vier a ser aprovado pelo Conselho de Administração Nacional;
- iii. NACIONAL: representado pelo Conselho de Administração Nacional, a Diretoria Nacional, a Comissão Fiscal Nacional e a Comissão de Ética, com atuação em todo o país.

Art. 7. Incumbe ao nível local, sob gestão da diretoria da Unidade Escoteira Local, promover ações de educação, saúde, assistência social, ambientais, de esporte e lazer e atividades físicas e socioculturais a crianças, adolescentes e jovens dentro do projeto educativo da “Escoteiros do Brasil”.

Art. 8. Incumbe ao nível regional, sob gestão da diretoria da Região Escoteira:

- i. Estimular a existência de Unidades Escoteiras Locais em todos os municípios de seu território visando assegurar a oferta local de Escotismo às famílias;
- ii. Estimular e apoiar o desenvolvimento das Unidades Escoteiras Locais em seu território, oferecendo-lhes orientação e assessoramento com o objetivo de aprimorar o seu funcionamento, autossuficiência e perpetuidade;
- iii. Conceber, planejar e promover, em coordenação com o Escritório Nacional da “Escoteiros do Brasil”, atividades, projetos, eventos e campanhas financeiras de âmbito regional, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações da “Escoteiros do Brasil”;
- iv. Monitorar o uso do nome, dos símbolos, marcas e direitos autorais da “Escoteiros do Brasil” pelas entidades de apoio ao Escotismo e terceiros em seu território, apresentando relatórios periódicos ao Escritório Nacional da “Escoteiros do Brasil”;
- v. Monitorar as atividades das Unidades Escoteiras Locais e associados de seu território, de forma a garantir o permanente exercício de conduta ética apta a preservar e aumentar o conceito e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Escoteiro, apresentando relatórios periódicos ao Escritório Nacional da “Escoteiros do Brasil”;
- vi. Representar Unidades Escoteiras Locais de seu território junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais e junto à iniciativa privada para ações de caráter estadual não conflitantes com as ações em curso de caráter nacional;
- vii. Articular-se com entidades análogas com atuação na sua Unidade da Federação e com o governo estadual/distrital, visando a ampliação da prática do Escotismo em seu território;
- viii. Formar e qualificar pessoas de forma presencial ou de ensino a distância (EAD) para atuar como escotistas (educadores), formadores e dirigentes;
- ix. Organizar-se em Distritos Escoteiros, sempre que necessário.

Art. 9. Incumbe ao nível nacional, na forma do Capítulo V deste Estatuto Social:

- i. Estimular e apoiar o desenvolvimento das Regiões Escoteiras, oferecendo-lhes orientação e assessoramento com o objetivo de aprimorar o funcionamento, autossuficiência e perpetuidade do Movimento Escoteiro;
- ii. Conceber, planejar e promover eventos e campanhas financeiras de âmbito nacional e internacional, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações da “Escoteiros do Brasil”;
- iii. Coordenar o monitoramento do uso do nome, dos símbolos, marcas e direitos autorais da “Escoteiros do Brasil” pelas entidades de apoio ao Escotismo e terceiros, a cargo das Regiões Escoteiras;
- iv. Monitorar as atividades das Regiões Escoteiras e acompanhar o seu trabalho de monitoramento das atividades das Unidades Escoteiras Locais e associados, de forma a garantir o permanente exercício de conduta ética apta a preservar e aumentar o conceito e a unidade orgânica e filosófica do movimento Escoteiro;

- v. Representar os associados da “Escoteiros do Brasil” e o Movimento Escoteiro junto aos órgãos públicos federais, organismos internacionais e entidades análogas nacionais e estrangeiras e, também, junto à iniciativa privada para ações de caráter nacional;
- vi. Articular-se com entidades análogas com atuação nacional e com o governo federal, organismos internacionais e entidades análogas estrangeiras, visando a ampliação da prática do Escotismo no Brasil;
- vii. Propor mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses dos associados e atuar em ações civis públicas e outros tipos de ações judiciais visando a salvaguarda de interesses dos praticantes do Escotismo no Brasil;
- viii. Fixar, compilar e divulgar normas relativas à prática do Escotismo no Brasil e interagir com os poderes constituídos para o aperfeiçoamento da legislação que afete a prática do Escotismo;
- ix. Produzir, licenciar e comercializar insígnias, publicações e materiais para a prática do Escotismo no Brasil;
- x. Estimular a produção, reunião e divulgação de material educativo, experiências, estudos científicos, estatísticas e outras informações relevantes pertinentes ao Escotismo no Brasil;
- xi. Propor e coordenar sistema nacional de formação e desenvolvimento de pessoas.

Art. 10. A “Escoteiros do Brasil”, de acordo com normas estabelecidas neste Estatuto Social e com suporte em acordo mútuo específico, poderá credenciar pessoas jurídicas como “entidades locais de apoio ao Escotismo”.

Art. 11. O credenciamento não implica em admissão da pessoa jurídica no quadro de associados da “Escoteiros do Brasil” nem representa a formação de joint-venture, associação ou sociedade ou grupo econômico. Expressa, apenas, o interesse da “Escoteiros do Brasil” de contar com apoiador local da prática do Escotismo.

Art. 12. A “Escoteiros do Brasil” tem autonomia administrativa, financeira e jurídica própria e personalidade jurídica distinta de seus associados e de entidades locais de apoio ao Escotismo credenciadas que, igualmente, são pessoas jurídicas dotadas de autonomia administrativa, financeira e jurídica próprias. Conseqüentemente, compete a cada uma, particularmente e com exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações comerciais, contratuais, trabalhistas, sociais, de acidentes do trabalho, previdenciárias, fiscais e tributárias, de conformidade com a legislação e/ou práticas comerciais, financeiras ou bancárias em vigor.

Parágrafo único - A “Escoteiros do Brasil” não responde, subsidiária e/ou solidariamente por atos ilícitos praticados pelas entidades locais de apoio ao Escotismo, seus respectivos dirigentes e associados, por danos por estes causados ou por obrigações por estes assumidas.

Capítulo III Quadro de Associados

Art. 13. A “Escoteiros do Brasil” é composta por número ilimitado de associados, todos pessoas físicas, divididos nas seguintes categorias:

- i. Membro beneficiário: crianças, adolescentes e jovens, registrados na “Escoteiros do Brasil”, que participam do Movimento Escoteiro como lobinhos, lobinhas, escoteiros, escoteiras, seniores, guias, pioneiros ou pioneiras em Unidades Escoteiras Locais;
- ii. Membro adulto: pessoas maiores de dezoito anos, registrados na “Escoteiros do Brasil”, que participam do Movimento Escoteiro como escotistas (educadores), formadores ou dirigentes, em qualquer dos níveis de organização da “Escoteiros do Brasil”;
- iii. Membro contribuinte: pessoas maiores de dezoito anos, registradas na “Escoteiros do Brasil”, que não atuam como escotistas (educadores), formadores ou dirigentes, em qualquer dos níveis de organização da “Escoteiros do Brasil”.

Art. 14. Para participar do quadro de associados, o candidato(a) deve cumprir as seguintes condições:

- i. Ser aceito pela diretoria do nível correspondente;
- ii. Apresentar pedido de admissão (registro) acompanhado de documentação suplementar, conforme definido pela Diretoria Nacional;
- iii. Pagar a taxa de admissão (registro) anual.

Parágrafo primeiro – Em respeito ao princípio constitucional da liberdade de associação, qualquer pedido de admissão e renovação de participação no quadro social poderá ser rejeitada pela diretoria do nível correspondente.

Parágrafo segundo – O associado menor de dezoito anos será representado ou assistido, nos atos relacionados com a “Escoteiros do Brasil”, na forma do Código Civil.

Parágrafo terceiro – Os associados da “Escoteiros do Brasil” autorizam a entidade a utilizar suas imagens captadas em atividades escoteiras.

Art. 15. São direitos dos associados, independentemente de sua categoria:

- i. Participar das atividades do Movimento Escoteiro compatíveis com sua categoria, idade ou formação escoteira, de acordo com as normas da “Escoteiros do Brasil”;
- ii. Adquirir publicações, distintivos e outros materiais distribuídos pela “Escoteiros do Brasil”;
- iii. Convocar, junto com outros associados, a assembleia geral, observadas as disposições do Estatuto Social;
- iv. Pedir desligamento do quadro de associados mediante comunicação escrita nesse sentido, dirigida à diretoria do nível a que estiver vinculado. Fica consignado que qualquer pedido de readmissão deverá seguir o tramite ordinário de admissão no quadro de associados.

Art. 16. São direitos dos associados da categoria de membro beneficiário:

- i. Receber orientação e suporte de membros adultos de sua Unidade Escoteira Local em seu processo de desenvolvimento pessoal dentro do projeto educativo da “Escoteiros do Brasil”;

- ii. Sendo menor de dezesseis anos, ser representado por seus pais ou responsáveis legais, com direito de voto, em assembleias da Unidade Escoteira Local a que estiver vinculado;
- iii. Sendo maior de dezesseis anos, participar, com direito de voto, em assembleias da Unidade Escoteira Local a que estiver vinculado;
- iv. Sendo maior de dezoito anos, candidatar-se a cargos eletivos da "Escoteiros do Brasil".

Parágrafo único – Os pais ou responsáveis legais do Membro Beneficiário poderão candidatar-se a cargos eletivos da "Escoteiros do Brasil".

Art. 17. São direitos dos associados da categoria de membro adulto:

- i. Participar, com direito de voto, em assembleias da Unidade Escoteira Local a que estiver vinculado;
- ii. Candidatar-se a cargos eletivos da "Escoteiros do Brasil".

Art. 18. São deveres dos associados, independentemente de sua categoria:

- i. Ter conduta pessoal compatível com os valores do Movimento Escoteiro, tanto em atividades escoteiras como fora delas;
- ii. Respeitar este Estatuto Social e as demais normas e regulamentos da "Escoteiros do Brasil", bem como acatar as deliberações tomadas pelos órgãos de administração da "Escoteiros do Brasil" que sejam aplicáveis à sua categoria;
- iii. Manter em dia o seu registro na "Escoteiros do Brasil" e pagar as contribuições que lhe couberem na Unidade Escoteira Local e nos demais níveis da "Escoteiros do Brasil", sob pena de desligamento automático do quadro de associados quando do vencimento do registro.

Art. 19. São deveres dos associados da categoria de membro beneficiário:

- i. Empenhar-se em seu processo de desenvolvimento pessoal dentro do projeto educativo da "Escoteiros do Brasil";
- i. Se maior de dezoito anos, ajudar na correta divulgação do Movimento Escoteiro nos círculos de sua atuação, colaborando, com os meios ao seu alcance, para o sucesso dos projetos em sua Unidade Escoteira Local.

Art. 20. São deveres dos associados da categoria de membro adulto:

- i. Empenhar-se em seu processo de desenvolvimento pessoal dentro do projeto educativo da "Escoteiros do Brasil";
- ii. Ajudar na correta divulgação do Movimento Escoteiro nos círculos de sua atuação, colaborando, com os meios ao seu alcance, para o sucesso dos projetos em sua Unidade Escoteira Local e, se convocado, dos projetos de outros níveis da "Escoteiros do Brasil";
- iii. Gerir os bens, valores e interesses da "Escoteiros do Brasil" com boa-fé e com o cuidado e diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios interesses.

Art. 21. A Comissão de Ética tem atribuição de, assegurado o direito de defesa, decidir pela suspensão ou exclusão de qualquer associado da categoria de membro adulto, verificada uma das seguintes hipóteses:

- i. Violação deste Estatuto Social, de quaisquer outros regulamentos ou normas instituídas por órgão competente ou de contratos; ou,
- ii. Conduta prejudicial ou contrária aos interesses e/ou propósitos da “Escoteiros do Brasil” e/ou do Movimento Escoteiro, conforme apurado pela Comissão de Ética.

Capítulo IV Assembleias

Seção I – Periodicidade e atribuições

Art. 22. Os associados da “Escoteiros do Brasil” reunir-se-ão periodicamente em assembleias, convocadas e instaladas para exercer as atribuições previstas neste Estatuto Social e no Código Civil e para tratar de temas afetos aos interesses do correspondente nível.

Art. 23. As assembleias de nível local serão realizadas ordinariamente a cada ano, para apreciar a prestação de contas do ano anterior e, bienalmente, para eleger a diretoria da Unidade Escoteira Local para os próximos vinte e quatro meses. Assembleias extraordinárias poderão ser realizadas a qualquer tempo para tratar de temas relevantes para a Unidade Escoteira Local.

Art. 24. As assembleias de nível regional serão realizadas ordinariamente em abril de cada ano, para apreciar a prestação de contas do ano anterior, apresentar candidatos(as) para o nível nacional e eleger a diretoria da Região Escoteira para os próximos quarenta e oito meses, contados a partir do dia 1º do mês seguinte ao da assembleia. Assembleias extraordinárias poderão ser realizadas a qualquer tempo para tratar de temas relevantes para a Região Escoteira.

Art. 25. As assembleias de nível nacional serão realizadas ordinariamente em junho de cada ano, para apreciar a prestação de contas do ano anterior, eleger os membros do Conselho de Administração Nacional para mandatos de quarenta e oito meses, não coincidentes, de forma a permitir a renovação, a cada dois anos, de sete conselheiros em uma eleição e oito em outra, e para eleger membros da Comissão Fiscal Nacional e da Comissão de Ética para os próximos quarenta e oito meses, sendo todos os mandatos contados a partir do dia 1º do mês seguinte ao da assembleia.

Art. 26. Assembleias extraordinárias de nível nacional poderão ser realizadas a qualquer tempo para reformar o Estatuto Social, deliberar sobre a extinção, cisão ou fusão da “Escoteiros do Brasil” ou para tratar de temas relevantes para o Movimento Escoteiro no Brasil.

Seção II – Convocação, instalação e deliberação

Art. 27. As assembleias de nível local são convocadas pelo presidente da diretoria do Grupo Escoteiro, ou na sua falta ou recusa, por outro membro da diretoria ou por conjunto de membros adultos e membros beneficiários que correspondam a,

pelo menos, um quinto (1/5) do total de associados da "Escoteiros do Brasil" registrados pelo Grupo Escoteiro. As convocações devem ser por escrito e enviadas a todos os associados da "Escoteiros do Brasil" registrados pelo Grupo Escoteiro, com indicação de pauta, regras para apresentação de candidaturas, horário e local, com antecedência mínima de quinze dias da data marcada para a reunião.

Art. 28. As assembleias de nível local serão instaladas na data, hora e local previstos na convocação, com a presença de qualquer número de associados, com registro de presença.

Parágrafo primeiro: As assembleias de nível local serão presididas por pessoa indicada pelos presentes, que também indicará um secretário para redação da ata.

Parágrafo segundo: As deliberações serão tomadas por voto da maioria simples dos presentes.

Art. 29. As assembleias de nível regional são convocadas pelo presidente da diretoria da Região Escoteira, ou na sua falta ou recusa, por outro membro da diretoria da Região Escoteira, por conjunto de presidentes da diretoria de Grupos Escoteiros e representantes de Seções Escoteiras Autônomas que correspondam a, pelo menos, um quinto (1/5) do total de associados da "Escoteiros do Brasil" registrados pela Região Escoteira. As convocações devem ser por escrito e enviadas a todas as Unidades Escoteiras Locais da Região Escoteira, com indicação de pauta, horário e local, com antecedência mínima de trinta dias da data marcada para a reunião.

Art. 30. As assembleias de nível regional serão instaladas na data, hora e local previstos na convocação, com a presença de qualquer número de representantes de Unidades Escoteiras Locais da Região Escoteira, com registro de presença.

Parágrafo primeiro: As assembleias de nível regional serão presididas por pessoa indicada pelos presentes, que também indicará um secretário para redação da ata.

Parágrafo segundo: Em caso de assembleias presenciais, as deliberações serão tomadas por voto da maioria simples dos presentes. No caso de assembleias com voto remoto, por meio eletrônico, as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos computados no sistema de votação.

Parágrafo terceiro: Para efeito de cômputo da maioria, será atribuído a cada Seção Escoteira Autônoma com certificado de funcionamento um voto. Para os Grupos Escoteiros com certificado de funcionamento será atribuído um voto para o representante da sua diretoria mais um voto para cada representante de cinquenta ou fração de cinquenta de seus associados da "Escoteiros do Brasil" registrados em 31 de dezembro do ano anterior à realização da assembleia. Caberá à assembleia do Grupo Escoteiro escolher os associados maiores de dezesseis anos que exercerão cada um dos votos atribuídos ao Grupo Escoteiro, vedada a acumulação de votos por um mesmo indivíduo.

Parágrafo quarto: Para fins de registro de candidatura a cargo de nível nacional, será considerado apto(a) todo(a) candidato(a) que obtiver pelo menos trinta e cinco por cento dos votos da assembleia de nível regional.

Parágrafo quinto: Cada Região Escoteira poderá apresentar até duas candidaturas ao Conselho de Administração Nacional por eleição.

Parágrafo sexto: Cada Região Escoteira poderá ter no máximo dois membros no Conselho de Administração Nacional e, tendo dois, pelo menos um deles deverá ser pessoa identificada com o gênero feminino.

Art. 31. As assembleias de nível nacional são convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração Nacional, ou na sua falta ou recusa, pela maioria do Conselho de Administração Nacional, da Diretoria Nacional ou da Comissão Fiscal Nacional ou, ainda, pela maioria das Regiões Escoteiras ou por conjunto de Regiões Escoteiras que correspondam a, pelo menos, um quinto (1/5) do total de associados da "Escoteiros do Brasil" registrados. As convocações devem ser por escrito e enviadas a todas as Unidades Escoteiras Locais e Regiões Escoteiras do país, com indicação de pauta, horário e local, com antecedência mínima de quarenta e cinco dias da data marcada para a reunião.

Art. 32. As assembleias de nível nacional serão instaladas na data, hora e local previstos na convocação, com a presença de qualquer número de representantes de Regiões Escoteiras, com registro de presença.

Parágrafo primeiro: As assembleias de nível nacional serão presididas por pessoa indicada pelos presentes, que também indicará um secretário para redação da ata.

Parágrafo segundo: Em caso de assembleias presenciais, as deliberações serão tomadas por voto da maioria simples dos presentes. No caso de assembleias com voto remoto, por meio eletrônico, as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos computados no sistema de votação.

Parágrafo terceiro: Para efeito de cômputo da maioria, a cada Região Escoteira com certificado de funcionamento será atribuído um voto para o representante da sua diretoria mais um voto para cada representante de mil ou fração de mil de seus associados da "Escoteiros do Brasil" registrados em 31 de dezembro do ano anterior à realização da assembleia. Caberá à assembleia da Região Escoteira escolher os associados, maiores de dezoito anos, que exercerão cada um dos votos atribuídos à Região Escoteira, vedada a acumulação de votos por um mesmo indivíduo.

Seção III – Processo eleitoral

Art. 33. Incumbe às assembleias de nível local eleger e empossar a diretoria do Grupo Escoteiro, composta por um presidente e pelo menos outros dois diretores, de acordo com as seguintes diretrizes, que poderão ser suplementadas por regras próprias da Unidade Escoteira Local aprovadas por assembleia, que não contrariem o aqui previsto:

- i. A eleição será por chapa, devendo os(as) interessados(as) apresentar sua candidatura à assembleia, oralmente, se presente, ou por escrito, se ausente;
- ii. Só podem ser candidatas pessoas alfabetizadas maiores de dezoito anos;
- iii. Será eleita a chapa mais votada. Em caso de empate de votação, será eleita a chapa cuja média de idade seja mais baixa. Em caso de persistência no empate, será eleita aquela que tiver o integrante mais novo.

Art. 34. Incumbe às assembleias de nível regional eleger e empossar a diretoria da Região Escoteira, composta por um presidente e pelo menos outros quatro diretores, de acordo com as seguintes diretrizes, que poderão ser suplementadas por regras próprias da Região Escoteira aprovadas por assembleia, que não contrariem o aqui previsto:

- i. A eleição será por chapa, devendo os(as) interessados(as) registrar sua candidatura junto à diretoria da Região Escoteira, por escrito, conforme as regras próprias da Região Escoteira;
- ii. Só podem ser candidatas pessoas maiores de dezoito anos, com ensino médio completo, registradas na "Escoteiros do Brasil";
- iii. Não poderão se candidatar, na mesma chapa, cônjuges ou companheiros, ou parentes até segundo grau, consanguíneos ou afins;
- iv. Nenhum Grupo Escoteiro poderá ter mais de dois candidatos(as) por chapa;
- v. Cada chapa deverá contar com pelo menos uma pessoa identificada com o gênero feminino;
- vi. Será eleita a chapa mais votada. Em caso de empate de votação, será eleita a chapa cuja média de idade seja mais baixa. Em caso de persistência no empate, será eleita aquela que tiver o integrante mais novo.

Art. 35. Incumbe às assembleias de nível nacional eleger e empossar os membros do Conselho de Administração Nacional e da Comissão Fiscal Nacional e parte dos membros da Comissão de Ética.

Art. 36. O Conselho de Administração Nacional é composto por quinze membros, eleitos conforme segue:

- i. A eleição será individual, devendo cada Região Escoteira registrar as candidaturas declaradas aptas pela sua assembleia de nível regional junto ao Escritório Nacional, por escrito, até quinze dias antes da assembleia de nível nacional;
- ii. Só podem ser candidatas pessoas maiores de dezoito anos, com ensino médio completo, registradas na "Escoteiros do Brasil" há pelo menos um ano;
- iii. Não poderão se candidatar simultaneamente cônjuges ou companheiros, ou parentes até segundo grau, consanguíneos ou afins;
- iv. Os(as) candidatos(as), identificados(as) por Região Escoteira, serão divulgados pelo Escritório Nacional até dez dias antes da assembleia de nível nacional;

- v. De forma a permitir a renovação bianual de parte dos membros do Conselho de Administração Nacional, a assembleia de nível nacional elegerá sete conselheiros em uma eleição e oito na seguinte;
- vi. No dia da eleição, cada eleitor poderá votar em até três candidatos, de sua ou de outras Regiões Escoteiras;
- vii. Serão eleitos(as) os(as) candidatos(as) mais votados(as). Em caso de empate de votação para a última vaga, será eleita a pessoa com menor idade;
- viii. Se, por ocasião da eleição, um(a) candidato(a) ocupar cargo de dirigente de nível regional ou nacional, a aceitação de sua eleição para o cargo nacional implicará em renúncia imediata e automática do cargo de dirigente regional ou nacional até então ocupado.

Art. 37. A Comissão Fiscal Nacional é composta por cinco membros, eleitos conforme segue:

- i. A eleição será individual, devendo o(a) candidato(a) registrar sua candidatura junto ao Escritório Nacional, por escrito, até quinze dias antes da assembleia de nível nacional;
- ii. Só podem ser candidatas pessoas maiores de dezoito anos, com formação ou comprovada experiência contábil, jurídica ou financeira, registradas na "Escoteiros do Brasil" há pelo menos um ano;
- iii. Não poderão se candidatar para a Comissão Fiscal Nacional cônjuges ou companheiros, ou parentes até segundo grau, consanguíneos ou afins, de quaisquer candidatos ou membros do Conselho de Administração Nacional ou da Diretoria Nacional;
- iv. Os(as) candidatos(as), identificados(as) por Região Escoteira, serão divulgados pelo Escritório Nacional até dez dias antes da assembleia de nível nacional;
- v. No dia da eleição, cada eleitor poderá votar em apenas um candidato, de sua ou de outra Região Escoteira;
- vi. Serão eleitos(as) os(as) candidatos(as) mais votados(as). Em caso de empate de votação para a última vaga, será eleita a pessoa com menor idade.

Art. 38. Os eleitos em assembleias exercerão seus mandatos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua eleição.

Art. 39. Não haverá eleição de suplentes. Em caso de morte, incapacitação para a vida civil, renúncia, desligamento do quadro de associados da "Escoteiros do Brasil" ou comprovada mudança para o exterior de qualquer ocupante de cargo definido neste Estatuto Social, o correspondente órgão declarará a vacância, podendo os associados, na próxima assembleia do respectivo nível, deliberar pela continuidade da vacância até o término do mandato original ou eleger substituto para completar o mandato, de acordo com o estabelecido nesta Seção.

Art. 40. A partir da aprovação deste Estatuto Social, e com o propósito de renovação de lideranças, nenhum indivíduo poderá ocupar mais de duas vezes consecutivas, ou três alternadas, pelo resto da vida, cargo na diretoria da

mesma Região Escoteira, na Diretoria Nacional, no Conselho de Administração Nacional ou na Comissão Fiscal Nacional.

Capítulo V Órgãos de Administração

Seção I – Conselho de Administração Nacional

Art. 41. A “Escoteiros do Brasil” contará com um Conselho de Administração Nacional presidido por um de seus membros, a quem incumbirá a definição das políticas de governança da instituição visando o pleno alcance de sua missão institucional, as quais balizarão a gestão da “Escoteiros do Brasil”.

Art. 42. O Conselho de Administração Nacional será composto por quinze associados residentes no Brasil e eleitos em assembleia na forma deste Estatuto Social. Caso o número de membros do Conselho de Administração Nacional seja reduzido, por vacância, a menos de dez, será obrigatoriamente convocada assembleia extraordinária para eleger novos ocupantes para os cargos vagos até o final do mandato.

Parágrafo único – Participarão, como representantes no Conselho de Administração Nacional, sem direito a voto, dois associados da “Escoteiros do Brasil” com menos de vinte seis anos, escolhidos pela Rede Nacional de Jovens Líderes.

Art. 43. O Conselho de Administração Nacional terá um Presidente e dois Vice-Presidentes, eleitos e destituíveis para exercer a função por decisão da maioria dos membros do próprio órgão.

Parágrafo primeiro - A destituição do cargo de Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração Nacional não implica em perda do mandato de membro do Conselho de Administração Nacional.

Parágrafo segundo - O Conselho de Administração Nacional determinará, em reunião, eventuais funções específicas dos Vice-Presidentes.

Art. 44. O Presidente do Conselho de Administração Nacional terá voto nas deliberações do órgão, só exercendo voto de qualidade em caso de empate nas votações.

Art. 45. O Conselho de Administração Nacional reunir-se-á ordinariamente, no mínimo trimestralmente, conforme calendário próprio e, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente, de cinco de seus membros, da Diretoria Nacional ou da Comissão Fiscal Nacional.

Parágrafo primeiro - A convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias são feitas por meio de carta entregue diretamente aos Conselheiros ou transmitida via correio eletrônico para o seu e-mail credenciado, com antecedência mínima de trinta dias da data

marcada para a reunião, salvo quando de caráter urgente, quando esse prazo será reduzido para quinze dias, contendo a pauta dos assuntos a serem tratados, bem como a forma, o local, a data e o horário das suas realizações.

Parágrafo segundo A iniciativa quanto à submissão de matéria para deliberação do Conselho de Administração Nacional poderá ser de qualquer de seus membros, da Diretoria Nacional, da Comissão Fiscal Nacional ou do Secretário-Geral e deverá ser enviada ao Presidente pelo menos sete dias antes do prazo de expedição da convocação previsto no parágrafo anterior.

Art. 46. Salvo se quórum maior não for exigido por lei ou por este Estatuto Social, o quórum mínimo para instalação das reuniões será de metade mais um dos componentes do Conselho de Administração Nacional. O quórum de aprovação será a maioria simples dos presentes.

Parágrafo único - Das reuniões será lavrada ata consignando as decisões tomadas, cuja cópia será enviada a todos os membros do Conselho de Administração Nacional, até sete dias após sua realização.

Art. 47. São atribuições do Conselho de Administração Nacional:

- i. Eleger e empossar o seu Presidente, que presidirá a reunião do colegiado e terá o voto de qualidade em caso de empate nas votações, e seus Vice-Presidentes;
- ii. Eleger e empossar a Diretoria Nacional, monitorando regularmente o seu desempenho, podendo também fixar atribuições específicas a um ou mais de seus membros;
- iii. Selecionar, dispensar e fixar a remuneração do Secretário Geral, monitorando regularmente o seu desempenho;
- iv. Escolher, destituir e fixar a remuneração de auditores independentes, que não poderão prestar serviços distintos da auditoria e que, também, deverão ser trocados em até cinco anos;
- v. Criar comissões de assessoramento técnico, político ou estratégico, fixando suas atribuições e convidando ou contratando seus membros;
- vi. Avaliar e aprovar o planejamento estratégico, o plano de ação e o orçamento da "Escoteiros do Brasil" e das campanhas nacionais de captação de recursos;
- vii. Adotar, alterar e revogar normas, planos e documentos de política e estratégia da "Escoteiros do Brasil";
- viii. Promover a realização de eventos nacionais escoteiros e de eventos internacionais escoteiros no Brasil;
- ix. Deliberar sobre a abertura, encerramento e transferência de filiais da "Escoteiros do Brasil";
- x. Deliberar sobre a criação, administração e movimentação do fundo patrimonial;
- xi. Apreciar os relatórios mensais da Diretoria Nacional sobre a execução do plano de ação e do orçamento;
- xii. Apreciar os relatórios trimestrais da Comissão Fiscal Nacional sobre o acompanhamento da execução financeira do plano de ação e controle do orçamento;
- xiii. Apreciar o relatório de atividades e as demonstrações financeiras, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações de superávit ou déficit, origem e aplicação de recursos e mutação do patrimônio social

- e as notas explicativas, relativos ao exercício encerrado, após pronunciamento dos auditores independentes e da Comissão Fiscal Nacional, encaminhando-os à assembleia do nível nacional;
- xiv. Exercer outras atribuições definidas neste Estatuto Social.

Seção II – Diretoria Nacional

Art. 48. A “Escoteiros do Brasil” contará com uma Diretoria Nacional composta por um Presidente e dois Vice-Presidentes, sendo pelo menos um identificado com o gênero feminino, nomeados pelo Conselho de Administração Nacional e por ele destituíveis a qualquer tempo, a quem incumbirá a execução das atividades previstas nesta Seção e daquelas que eventualmente venham a ser-lhe fixadas pelo Conselho de Administração Nacional na forma do artigo 47, inciso II deste Estatuto Social.

Art. 49. A Diretoria Nacional poderá nomear e destituir outros diretores para exercer atribuições específicas fixadas na ata de nomeação.

Art. 50. As pessoas nomeadas para a Diretoria Nacional, e os diretores porventura por ela nomeados, não poderão ser membros do Conselho de Administração Nacional, da Comissão Fiscal Nacional, da Comissão de Ética ou de diretorias de Regiões Escoteiras, nem seus cônjuges ou companheiros, ou parentes até segundo grau, consanguíneos ou afins.

Art. 51. A Diretoria Nacional reunir-se-á ordinariamente, no mínimo trimestralmente, conforme calendário próprio e, sempre que necessário, por convocação de qualquer de seus membros ou do Secretário-Geral, efetuada por correio eletrônico, em mensagem enviada com pelo menos quinze dias de antecedência, contendo a pauta dos assuntos a serem tratados, bem como a forma, o local, a data e o horário das suas realizações.

Parágrafo primeiro – O quórum mínimo para instalação das reuniões será de metade mais um dos componentes da Diretoria Nacional. O quórum de aprovação será a maioria simples dos presentes.

Parágrafo segundo - Das reuniões será lavrada ata consignando as decisões tomadas, cuja cópia será enviada a todos os membros da Diretoria Nacional, até sete dias após sua realização.

Art. 52. São atribuições da Diretoria Nacional:

- i. Orientar e supervisionar a execução das atividades técnicas, administrativas e financeiras da “Escoteiros do Brasil”, a cargo do Escritório Nacional;
- ii. Apreçar os relatórios mensais do Secretário-Geral sobre a execução do plano de ação e do orçamento e supervisionar suas ações;
- iii. Fixar o valor e a forma de pagamento da contribuição associativa anual dos associados da “Escoteiros do Brasil”, concedendo descontos e isenções mediante aprovação do Conselho de Administração Nacional;
- iv. Deliberar sobre a concessão de condecorações, premiações e recompensas, dentro das competências que lhe forem atribuídas;
- v. Adotar, alterar e revogar normas, planos e documentos operacionais da “Escoteiros do Brasil”;

- vi. Aprovar o calendário anual nacional da "Escoteiros do Brasil", até 31 de julho do ano anterior ao de sua vigência;
- vii. Promover, dentro das orientações do Conselho de Administração Nacional, a realização de eventos nacionais escoteiros e de eventos internacionais escoteiros no Brasil;
- viii. Nomear coordenadores para atividades escoteiras nacionais;
- ix. Aprovar delegados aos congressos, atividades e eventos nacionais e internacionais, para os quais a UEB tenha sido convidada após a reunião do Conselho de Administração Nacional, ouvindo as diretorias das Regiões Escoteiras, "ad referendum" desse Conselho;
- x. Encaminhar ao Conselho de Administração Nacional proposições para deliberações sobre as políticas de governança da "Escoteiros do Brasil", o direcionamento político-estratégico, o planejamento estratégico e documentos análogos da "Escoteiros do Brasil" e suas eventuais alterações;
- xi. Encaminhar ao Conselho de Administração Nacional proposições para deliberações sobre o plano de ação com o correspondente orçamento e valor de contribuições associativas da "Escoteiros do Brasil", e suas eventuais alterações;
- xii. Encaminhar à Comissão Fiscal Nacional e ao Conselho de Administração Nacional, para apreciação, relatórios de acompanhamento de execução do programa de ação, inclusive orçamento, e balancetes trimestrais;
- xiii. Encaminhar anualmente à Comissão Fiscal Nacional e, depois de seu parecer, ao Conselho de Administração Nacional, o relatório de atividades e as demonstrações financeiras, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações de superávit ou déficit, origem e aplicação de recursos e mutação do patrimônio social e as notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado, após pronunciamento dos auditores independentes;
- xiv. Exercer outras atribuições definidas neste Estatuto Social.

Art. 53. Incumbe:

- i. Ao Presidente da Diretoria Nacional, isoladamente, representar a "Escoteiros do Brasil", em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- ii. Aos Vice-Presidentes da Diretoria Nacional, isoladamente, substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;
- iii. Ao Presidente e um dos Vice-Presidentes da Diretoria Nacional, conjuntamente, constituir procuradores por instrumento público ou particular, para representar a "Escoteiros do Brasil" perante terceiros, incluindo órgãos públicos, instituições financeiras e pessoas jurídicas de direito privado, devendo a procuração ser outorgada com prazo de validade não superior a um ano, exceto se para fins judiciais, que será por prazo indeterminado.

Art. 54. Incumbirá ao Presidente e um dos Vice-Presidentes da Diretoria Nacional, conjuntamente, ou por qualquer um deles e um procurador, ou por dois procuradores com poderes para tal, a abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias e investimentos financeiros, assinaturas de quaisquer contratos, solicitações de talões de cheques, cartões magnéticos e senhas, bem como a prática de todos os demais atos necessários à movimentação de recursos da "Escoteiros do Brasil" junto a instituições financeiras.

Seção III - Conselho Fiscal Nacional

Art. 55. A "Escoteiros do Brasil" terá um Conselho Fiscal Nacional composto de cinco membros titulares, sem suplentes, eleitos em assembleia na forma deste Estatuto

Social. Caso o número de membros da Comissão Fiscal Nacional seja reduzido, por vacância, a menos de três, será obrigatoriamente convocada assembleia extraordinária para eleger novos ocupantes para os cargos vagos até o final do mandato.

Art. 56. São atribuições da Comissão Fiscal Nacional:

- i. Aprovar seu Regimento Interno;
- ii. Fixar a periodicidade das suas reuniões que deverão ocorrer, pelo menos, quatro vezes por ano;
- iii. Acompanhar a gestão financeira e exercer o controle orçamentário, supervisionando e tornando efetivas as regras de conflitos de interesses na tomada de decisão;
- iv. Examinar, sem restrições, a todo tempo, os livros contábeis e documentos necessários à verificação da regularidade de aplicação dos recursos da "Escoteiros do Brasil";
- v. Sempre que solicitado, emitir parecer para o Conselho de Administração Nacional e a Assembleia Geral, sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- vi. Anualmente, emitir parecer ao Conselho de Administração Nacional sobre o relatório de atividade e as demonstrações financeiras, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações de superávit ou déficit, origem e aplicação de recursos e mutação do patrimônio social e as notas explicativas, examinadas por auditores independentes, para posterior envio à assembleia de nível nacional;
- vii. Comunicar ao Conselho de Administração Nacional e à assembleia de nível nacional, erros, fraudes ou delitos que detectar, sugerindo as medidas que julgar convenientes ao interesse da "Escoteiros do Brasil";
e
- viii. Emitir parecer sobre outras questões, no âmbito de suas atribuições, por solicitação do Conselho de Administração Nacional ou de assembleia de nível nacional.

Seção IV - Conselho Consultivo

Art. 57. A "Escoteiros do Brasil" terá um Conselho Consultivo composto por número ilimitado de pessoas naturais, residentes no país.

Parágrafo primeiro – São membros natos do Conselho Consultivo os ex-presidentes do Conselho de Administração Nacional da "Escoteiros do Brasil" que residam no Brasil e não tenham renunciado ou sido destituídos do cargo.

Parágrafo segundo – São membros suplementares do Conselho Consultivo aquelas pessoas, associadas ou não da "Escoteiros do Brasil", que tenham sido convidadas para tal função por iniciativa do Conselho de Administração Nacional.

Art. 58. Ao Conselho Consultivo compete apoiar a "Escoteiros do Brasil", contribuindo com os assuntos que lhe forem requeridos pelo Conselho de Administração Nacional.

Parágrafo único - As reuniões do Conselho Consultivo serão instaladas com a presença da maioria simples dos seus membros, os quais deverão ser convocados pelo Presidente do Conselho de Administração Nacional por carta, correio eletrônico ou fax, enviado com quinze dias de antecedência.

Seção V - Comissão de Ética

Art. 59. A “Escoteiros do Brasil” terá uma Comissão de Ética, com a competência basilar de zelar pela organização e princípios do Movimento Escoteiro, de forma a preservar e aumentar o seu conceito e unidade orgânica e filosófica.

Parágrafo primeiro – No exercício de suas atribuições, a Comissão de Ética se pautará pelo previsto neste Estatuto Social, nas normas dele derivados e no que vier a ser previsto em Código de Conduta porventura aprovado pela assembleia de nível nacional.

Parágrafo segundo – No exercício de suas atribuições, a Comissão de Ética atuará sempre de forma reservada, prestando contas à assembleia de nível nacional sobre o andamento dos assuntos que estejam sob seus cuidados.

Parágrafo terceiro – O Código de Conduta fixará, além do previsto neste Estatuto Social, os princípios éticos gerais do Movimento Escoteiro, seu âmbito de aplicação, o controle da aplicação, as responsabilidades e consequências em caso de descumprimento, a política e o processamento de denúncias e representações, as condições de funcionamento e o processo de indicação, eleição e afastamento dos membros da Comissão de Ética, entre outros temas julgados relevantes pela assembleia que o aprovar.

Parágrafo quarto – Uma vez instituído, todos os membros adultos da “Escoteiros do Brasil” terão a obrigação de conhecer e cumprir o Código de Conduta e de colaborar para facilitar sua implantação. Para tanto, as Regiões Escoteiras e o Escritório Nacional deverão oferecer ações de capacitação relacionadas com as boas práticas de gestão e conduta ética, conforme vier a ser indicado em assembleia.

Parágrafo quinto - O descumprimento deste Estatuto Social e, quando instituído, do Código de Conduta, poderá ensejar a suspensão ou exclusão de associado da categoria de membro adulto, sem prejuízo das sanções administrativas ou criminais que, no caso, também possam decorrer das atitudes de descumprimento.

Art. 60. A Comissão de Ética será composta por quinze membros, eleitos para cumprir mandato de quatro anos, sendo cinco pela assembleia de nível nacional, cinco pelo Conselho de Administração Nacional e cinco pela Comissão Fiscal Nacional.

Parágrafo primeiro – Os membros da Comissão de Ética não poderão ser membros do Conselho de Administração Nacional, da Diretoria Nacional ou da Comissão Fiscal Nacional.

Parágrafo segundo – Os membros da Comissão de Ética serão divididos em três Turmas de cinco pessoas, escolhidas em processo de sorteio conduzido pelo Presidente da Comissão de Ética, de forma a evitar a coincidência com a origem de sua eleição.

Art. 61. Cabe à Comissão de Ética:

- i. Aprovar seu Regimento Interno;
- ii. Eleger seu Presidente e sortear os componentes das Turmas;
- iii. Disseminar e estimular o cumprimento das regras constantes neste Estatuto Social e no Código de Conduta e propor as sanções decorrentes de seu descumprimento;
- iv. Receber, analisar e processar os comunicados de fatos que chegam a seu conhecimento e, quando necessário, determinar a suspensão ou exclusão de membros adultos da "Escoteiros do Brasil", após procedimento em que seja garantido o contraditório e a ampla defesa, podendo adotar medidas imediatas de afastamento sempre que a situação representar risco para membros beneficiário ou para o patrimônio ou imagem da "Escoteiros do Brasil" e/ou do Movimento Escoteiro.

Art. 62. O procedimento disciplinar adotará o seguinte rito:

- i. A instauração do procedimento disciplinar será formalizada por ato do Presidente da Comissão de Ética, que sorteará o caso para uma das Turmas e, ato contínuo, designará o relator do caso, buscando o equilíbrio da carga de trabalho entre os membros da Turma;
- ii. Havendo necessidade, o Presidente da Comissão de Ética poderá nomear comissão de sindicância encarregada de instruir o procedimento disciplinar na Região Escoteira de residência do associado, visando atribuir celeridade à apuração de fatos e responsabilidades;
- iii. Incumbirá ao relator expedir notificação escrita ao membro adulto associado, contendo descrição circunstanciada dos motivos da instauração do procedimento disciplinar, acompanhada de documentação de suporte, se existente, da forma de apresentação de alegações e provas e, se constituída, da composição da comissão de sindicância nomeada para instruir o procedimento disciplinar;
- iv. O membro adulto associado terá quinze dias úteis, contados do recebimento da notificação, para apresentar sua defesa escrita, com as provas que entender conveniente, podendo, se for o caso, arrolar até três testemunhas;
- v. Caso seja necessária oitiva de testemunhas, será determinada a realização de sessão especial da Turma da Comissão de Ética ou, se instalada, da comissão de sindicância, para que sejam ouvidas. O membro adulto associado será notificado por escrito do dia, forma, horário e local da sessão, cabendo ao membro adulto associado o ônus de comunicar suas testemunhas de defesa e de trazê-las à sessão;
- vi. Os depoimentos das testemunhas, primeiro as de acusação e depois as de defesa, serão reduzidos a termo e comporão o dossiê do procedimento disciplinar;
- vii. Caso julgue necessário, o relator, ou, se instalada, a comissão de sindicância, poderá adotar diligências para obtenção de documentos ou realização de perícias;

- viii. Encerrada a instrução, será dado vista do dossiê ao membro adulto associado para apresentação de razões finais, em quinze dias úteis;
- ix. Encerrado esse prazo, será preparado o relatório final e pormenorizado do caso, onde será proposto o encaminhamento, com sugestão de encerramento do procedimento sem aplicação de sanção, ou proposição de suspensão ou exclusão;
- x. Incumbirá à Turma da Comissão de Ética decidir sobre o encaminhamento proposto, em sessão reservada de seus membros, após o qual o relator expedirá notificação escrita ao membro adulto associado, com a decisão tomada;
- xi. De decisão da Turma da Comissão de Ética cabe recurso do membro adulto associado ao conjunto das Turmas da Comissão de Ética, no prazo de quinze dias úteis contados da notificação da decisão;
- xii. A reunião do conjunto das Turmas da Comissão de Ética ocorrerá em sessão reservada de seus membros;
- xiii. A decisão do conjunto das Turmas da Comissão de Ética, em sede recursal, será definitiva. Caso delibere pela suspensão ou exclusão, comunicará o fato ao membro adulto associado e, depois, ao Escritório Nacional, para divulgação aos demais associados da "Escoteiros do Brasil";
- xiv. Todas as notificações serão expedidas por correio, com confirmação de entrega, para o endereço do associado constante no seu registro escoteiro ou para outro endereço que seja indicado no procedimento disciplinar.

Capítulo VI Escritório Nacional

Art. 63. O Secretário-Geral e a equipe de profissionais por si coordenada compõem o Escritório Nacional, a quem incumbe prática dos atos operacionais de administração, dentro dos limites da lei, deste Estatuto Social e das orientações e delegações da Diretoria Nacional e do Conselho de Administração Nacional.

Parágrafo primeiro - O Conselho de Administração Nacional selecionará o Secretário-Geral o contratará, como empregado da "Escoteiros do Brasil", a quem caberá selecionar, contratar e dispensar o restante da equipe.

Parágrafo segundo - O Secretário-Geral e demais membros da equipe não responderão nem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações e compromissos contraídos em nome da "Escoteiros do Brasil", e em virtude de ato regular de gestão. Todavia, aqueles que praticarem atos com violação culposa ou dolosa da lei ou deste Estatuto Social, responderão civil e penalmente por atos lesivos a terceiros ou à própria "Escoteiros do Brasil".

Art. 64. Compete ao Secretário-Geral, na sua falta ou impedimento, ao profissional por ele designado para substituí-lo, previamente aprovado pela Diretoria Nacional, as seguintes atribuições, dentro dos limites da lei, deste Estatuto Social e das políticas fixadas pelo Conselho de Administração Nacional:

- i. Praticar os atos ordinários de gestão da "Escoteiros do Brasil", desempenhando inclusive outras atribuições que lhe sejam delegadas por este Estatuto Social ou por deliberação do Conselho de

- Administração Nacional ou da Diretoria Nacional, respeitados os limites da lei e deste Estatuto Social;
- ii. Aprovar, dentro do orçamento, a estrutura organizacional do Escritório Nacional, fixar as atribuições do seu corpo profissional, bem como o sistema de remuneração, e admitir e demitir empregados, de tudo dando ciência ao Conselho de Administração Nacional;
 - iii. Avaliar a gestão do corpo profissional da "Escoteiros do Brasil", inclusive verificar o cumprimento dos seus deveres;
 - iv. Administrar o cumprimento de contratos, termos de colaboração ou fomento, acordos de colaboração ou quaisquer outros ajustes e atos de convergências e cooperação, necessários ao bom desempenho das atividades da "Escoteiros do Brasil" previamente aprovados pelo Conselho de Administração Nacional ou pela Diretoria Nacional;
 - v. Representar, com anuência da Diretoria Nacional, a "Escoteiros do Brasil" perante órgãos públicos municipais, estaduais e federais, suas secretarias, repartições e inspetorias, podendo requerer alvarás, licenças e inscrições como contribuinte, pleitear isenções e reconhecimento de imunidades, firmar requerimentos e declarações, bem como pleitear todos os demais atos junto a tais órgãos que, embora não expressamente citados, devem ser praticados no interesse da "Escoteiros do Brasil";
 - vi. Encaminhar ao Conselho de Administração Nacional proposições para deliberações sobre as políticas de governança da "Escoteiros do Brasil";
 - vii. Encaminhar ao Conselho de Administração Nacional proposições para deliberações sobre o direcionamento político-estratégico, o planejamento estratégico e documentos análogos da "Escoteiros do Brasil" e suas eventuais alterações;
 - viii. Encaminhar à Diretoria Nacional proposições para deliberações sobre o plano de ação com o correspondente orçamento e valor de contribuições associativas da "Escoteiros do Brasil", e suas eventuais alterações;
 - ix. Encaminhar à Diretoria Nacional, para apreciação, relatórios de acompanhamento de execução do programa de ação, inclusive orçamento, e Balancetes trimestrais;
 - x. Encaminhar anualmente à Diretoria Nacional, para apreciação, o relatório de atividades e as demonstrações financeiras, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações de superávit ou déficit, origem e aplicação de recursos e mutação do patrimônio social e as notas explicativas, relativos ao exercício encerrado, após pronunciamento dos auditores independentes.

Art. 65. A "Escoteiros do Brasil" contará com um Procurador Jurídico, advogado ou sociedade de advogados inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, com reconhecida idoneidade e saber jurídico, indicado pelo Presidente da Diretoria Nacional e aprovado pelos demais membros, contratado para a função por prazo indeterminado.

Art. 66. Compete ao Procurador Jurídico assessorar o Conselho de Administração Nacional, a Diretoria Nacional e o Secretário-Geral em assuntos jurídicos, executando as seguintes atribuições, dentro dos limites da lei, do Código de Ética da OAB, deste Estatuto Social e das políticas fixadas pelo Conselho de Administração Nacional:

- i. Dirigir os serviços da Procuradoria da "Escoteiros do Brasil";
- ii. Representar a "Escoteiros do Brasil" em juízo e fora dele e, quando devidamente autorizado pelo Conselho de Administração Nacional, propor mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses dos associados e atuar em ações civis públicas e outros tipos de ações judiciais visando a salvaguarda de interesses dos associados e do Movimento Escoteiro;
- iii. Opinar sobre a juridicidade de propostas de políticas de governança, regulamento para contratação de serviços e obras e para aquisição e alienações de bens, regimentos Internos e demais projetos de normas da "Escoteiros do Brasil";
- iv. Elaborar, revisar e visar contratos, convênios, termos de colaboração ou fomento, ou quaisquer outros ajustes e atos de convergências e cooperação, necessários ao bom desempenho das atividades da "Escoteiros do Brasil";
- v. Emitir pareceres sobre aspectos legais de temas suscitados pela assembleia do nível nacional, pelo Conselho de Administração Nacional, pela Diretoria Nacional, pela Comissão Fiscal Nacional ou pelo Secretário-Geral;
- vi. Praticar outras atribuições que lhe sejam delegadas por deliberação do Conselho de Administração Nacional ou pela Diretoria Nacional, respeitados os limites da lei e deste Estatuto Social.

Capítulo VII

Patrimônio social, receitas e sua destinação

Art. 67. Constitui o patrimônio da "Escoteiros do Brasil" os bens móveis e imóveis, ações, títulos, valores e direitos que lhe pertencem ou que venham a lhe pertencer, e as doações, legados e outras contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza, realizados por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, inclusive governamentais, nacionais, internacionais ou de outros países, destinadas especificamente à incorporação ao seu patrimônio.

Parágrafo único - A "Escoteiros do Brasil" não constitui patrimônio de indivíduos ou de sociedades comerciais.

Art. 68. Constituem as receitas da "Escoteiros do Brasil":

- i. As contribuições anuais de seus associados;
- ii. As taxas de cursos, preços de serviços e materiais educativos e demais receitas advindas das suas atividades próprias compreendidas no objeto social, permitidas pela lei;
- iii. As contribuições periódicas ou eventuais de pessoas naturais ou jurídicas, filiadas ou não;
- iv. As doações, legados, subvenções, auxílios, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por indivíduos ou pessoas jurídicas de direito privado nacionais, internacionais ou de outros países; e
- v. Os rendimentos produzidos por todos os seus bens, valores, títulos e outros direitos, bem como por iniciativas destinadas à captação de recursos.

Parágrafo primeiro - A "Escoteiros do Brasil" aplicará suas receitas, rendas, rendimentos e eventual superávit integralmente no Brasil, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Parágrafo segundo – A “Escoteiros do Brasil” não fará qualquer distribuição de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

Parágrafo terceiro – Os associados, benfeitores, escotistas (educadores), formadores e dirigentes da “Escoteiros do Brasil” não receberão remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe foram atribuídas neste Estatuto Social, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento.

Parágrafo quarto - Os recursos da “Escoteiros do Brasil” não podem ser utilizados para concessão de empréstimos a membros dos seus órgãos de administração, a qualquer título.

Art. 69. A “Escoteiros do Brasil” poderá, conforme normas próprias, constituir fundo patrimonial para assegurar a perpetuidade da causa expressa no seu objeto social, cujos recursos deverão ser geridos de forma independente das disponibilidades ordinárias, podendo ser destinados, a critério do Conselho de Administração Nacional, a investimentos em novas frentes de atuação relacionadas ao seu objeto social, ao custeio de suas operações ou a cobertura de passivos oriundos de atos regulares de gestão.

Art. 70. Os associados não respondem nem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações e compromissos assumidos pela “Escoteiros do Brasil”. Os dirigentes não respondem nem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações e compromissos assumidos pela “Escoteiros do Brasil” dentro do limite de seus poderes, definido neste Estatuto Social. Todavia, aqueles que praticarem atos com violação culposa ou dolosa da lei ou deste Estatuto Social, responderão civil e penalmente por atos lesivos a terceiros ou ao própria “Escoteiros do Brasil”.

Parágrafo único – Os escotistas e dirigentes, na condução das atividades escoteiras e desde que respeitadas as normas da organização, contam com o apoio e proteção da “Escoteiros do Brasil”.

Capítulo VIII

Reforma do Estatuto Social, dissolução e liquidação

Art. 71. Assembleia de nível nacional especialmente convocada para este fim poderá deliberar sobre a alteração deste Estatuto Social, inclusive no tocante à administração, mediante voto favorável de 2/3 (dois terços) dos presentes.

Art. 72. A dissolução da “Escoteiros do Brasil” somente poderá ocorrer se precedida de deliberação favorável de duas assembleias extraordinárias de nível nacional sucessivas, realizadas com intervalo de noventa dias.

Parágrafo único – Na segunda assembleia que deliberar sobre a dissolução da “Escoteiros do Brasil”, será indicado o liquidante, sua remuneração se for o caso, e estabelecida a forma de processamento da mesma.

Art. 73. Aprovada a dissolução, liquidado o passivo, se houver, os bens e haveres serão revertidos a outra pessoa jurídica de igual natureza, que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, dedicado à educação de crianças, adolescentes e jovens ou, na sua falta, a entidade pública, conforme for fixado pela segunda assembleia.

Capítulo IX

Gestão financeira, exercício social e contas

Art. 74. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício serão levantadas as demonstrações financeiras e preparado o relatório de atividades referente ao período, relacionando as receitas e despesas verificadas durante o exercício em questão, para apreciação dos auditores independentes, manifestação da Comissão Fiscal Nacional e do Conselho de Administração Nacional e subsequente remessa para apreciação e aprovação de assembleia de nível nacional.

Art. 75. A prestação de contas da “Escoteiros do Brasil” observará, no mínimo:

- i. Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- ii. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da “Escoteiros do Brasil”, colocando-os a disposição para exame de qualquer cidadão; e
- iii. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determinado no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Art. 76. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à “Escoteiros do Brasil”, os atos de qualquer dirigente, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações ou negócios estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros.

Capítulo X

Disposições Finais e Transitórias

Art. 77. As pessoas integrantes das categorias de contribuintes, colaboradores, beneméritos e honoríficos de que trata o artigo 42 do estatuto social de 30 de abril de 2011, passam a compor a categoria de membros contribuintes para os fins deste Estatuto Social.

Art. 78. Os membros das diretorias de Grupos Escoteiros existentes quando da aprovação deste Estatuto Social continuarão a exercer os seus mandatos pelos prazos para os quais foram eleitos.

Art. 79. Os membros das diretorias de Regiões Escoteiras eleitos em assembleias do nível regional em 2019 exercerão seus mandatos até 31 de março do ano de 2022, de

forma a permitir a adequação do mandato ao prazo fixado no artigo 24 deste Estatuto Social.

Art. 80. Os sete membros do Conselho de Administração Nacional eleitos na assembleia ordinária do nível nacional de 2017 exercerão seus mandatos até 30 de junho de 2021, de forma a permitir a adequação do mandato ao prazo fixado no artigo 25 deste Estatuto Social.

Art. 81. Os sete membros do Conselho de Administração Nacional eleitos na assembleia ordinária do nível nacional de 2019 exercerão seus mandatos até 30 de junho de 2023, de forma a permitir a adequação do mandato ao prazo fixado no artigo 25 do Estatuto Social ora aprovado. O Conselho de Administração Nacional permanecerá com quatorze membros até a assembleia ordinária do nível nacional de 2021, quando serão eleitas oito pessoas, de forma a completar a composição de quinze conselheiros prevista neste Estatuto Social.

Art. 82. Os três membros titulares e os dois primeiros suplentes da Comissão Fiscal Nacional eleitos na assembleia ordinária do nível nacional de 2019 passam a ser os cinco membros da Comissão Fiscal Nacional para os fins do artigo 55 deste Estatuto Social e exercerão seus mandatos até 30 de junho de 2021, de forma a permitir a adequação do mandato ao prazo fixado no artigo 25 deste Estatuto Social.

Art. 83. Os três membros titulares e os dois primeiros suplentes da Comissão de Ética e Disciplina Nacional eleitos na assembleia ordinária do nível nacional de 2019 passam a ser cinco membros da Comissão de Ética para os fins do caput do artigo 60 deste Estatuto Social e exercerão mandatos até 30 de junho de 2023, de forma a permitir a adequação do mandato ao prazo fixado no artigo 25 deste Estatuto Social.

Art. 84. Na primeira reunião após a aprovação deste Estatuto Social, o Conselho de Administração Nacional e a Comissão Fiscal Nacional elegerão, na forma do caput do artigo 60 deste Estatuto Social, os membros da Comissão de Ética que lhes incumbe, os quais exercerão mandatos até 30 de junho de 2023, de forma a permitir a adequação do mandato ao prazo fixado no artigo 25 deste Estatuto Social.

Art. 85. No prazo máximo de trinta dias depois da eleição dos membros da Comissão de Ética de que trata o artigo anterior, será realizada a reunião do órgão para eleição do seu Presidente e sorteio da composição das Turmas.

Art. 86. As Comissões de Ética e Disciplina regionais existentes quando da aprovação deste Estatuto Social são automaticamente convertidas em comissões de sindicância para os fins do artigo 62 deste Estatuto Social, incumbindo-lhes a continuidade das atividades de instrução processual na forma do referido artigo.

Art. 87. Ficam expressamente revogadas todas as normas eleitorais editadas pela "Escoteiros do Brasil" antes da aprovação deste Estatuto Social.

Art. 88. Em caso de conflito das disposições do “P.O.R. – Princípios, Organização e Regras” e demais regras, regulamentos e resoluções da “Escoteiros do Brasil” com as disposições previstas neste Estatuto Social, prevalecem as normas aqui dispostas.

Art. 89. O presente Estatuto Social entra em vigor na data de sua aprovação pela assembleia e substitui e revoga integralmente o estatuto social aprovado em 30 de abril de 2011. Aplicam-se aos casos omissos ou duvidosos as disposições legais vigentes e, na falta destas, caberá ao Conselho de Administração Nacional dirimir dúvidas e deliberar a respeito.

Curitiba, 28 de abril de 2019.

[nome]
Presidente da assembleia nacional extraordinária

[nome]
Secretário(a) da assembleia nacional extraordinária

[nome]
Presidente da Diretoria Nacional e representante legal

(fim do documento proposto)

Participaram da construção desta proposta de Estatuto, em diferentes momentos, representantes indicados por todas as Regiões Escoteiras, CC, RNJL, CAN e DEN, assim como coletamos contribuições diretas na consulta que contou com a participação de 1.611 associados de diferentes Estados do Brasil. A seguir informamos as pessoas que participaram desse processo:

- Participantes da Reunião da Comissão Estatuinte – 1ª reunião (2017): Paulo Henrique Maciel Barbosa, Sergio Marangoni Alves, Renato Bini, José Inácio de Oliveira, Renato Eugênio de Lima, Carlos Delmar Lyrio, Isabelly Castro Silva Santos, Marcos Aurélio Romeu Fernandes, Pedro Pavão Martins, Christian Ubiratan da Silva Barbosa, Nadir Antonio Mussio, Wendell de Barros Dantas, Luiz Carlos da Crus, Vasconcelos e Silva, Ivan Alves do Nascimento, Jabs Costa, Rubem Suffert, Fabio Gomes Silva, Marcelo Mariano Teixeira, Alessandro Garcia Vieira, Leonardo Vilar Costa, Rodrigo B. Pompermaier, Pedro A. S. Pavão Martins, Francesca Germana Nobre Neta, Jonathan Hugh Govier, Aluísio Barata Silva, David Behara, Rudi Alexandre Solon, Winder Oliveira Garcia, Hugo Teixeira Montezuma Sales, Thiago Simplício Raimundo da Silva, Carla Vanessa de Carvalho Henrique Costa, Antonio Pio de Carvalho Sobrinho, Carlos Magno Soares, Marcos Magno Gomide Vieira, Renato Silva, Cristine Bohrer Ritt, Eduardo Evaldt Manique, Felipe Bertoglio, Mario H. P. Farinon, Elcio Daniel Sousa Barros, Aldenise Cordeiro Santos, Rafael Rocha Macedo, Márcio A. Cavalcanti de Albuquerque, David Marcial Ortolan;
- Participantes da Reunião da Comissão Estatuinte – 2ª reunião (2018): Paulo Henrique Maciel Barbosa, Ivan Alves do Nascimento, Alessandro Garcia Vieira, Roberlei Volpe Beneduzi, Wendell de Barros Dantas, Thiago Simplício da Silva, Carlos Delmar Lima Lyrio, José Inácio de Oliveira, Luiz Carlos Vasconcelos e Silva, Julio César Teixeira Crivellari, Rafael Rocha Macedo, Emerson de Almeida Fernandes, Christian Ubiratan da Silva Barbosa, Mark A. Caldeira, Nadir Antonio Mussio, Celso T. C. Menezes, Sergio Marangoni Alves, Cristiane Bohrer Ritt, Clóvis Santiago Cavalheiro, Leonardo Vilar Costa, Jabs Costa, Márcio A. Cavalcanti de Albuquerque, David Marcial Ortolan, Isabelly Castro da Silva e Santos, Niara Dezoitti Carnaúba, Adriano Aparecido B. Chaves, Renato Eugênio de Lima;
- Participantes da Reunião da Comissão Estatuinte – 3ª reunião (2018): Sergio Marangoni Alves, Elinson Soares de Araújo, Roberlei Volpe Beneduzi, Thiago Simplício R. da Silva, Carlos Delmar Lima Lyrio, Luiz Carlos C. Vasconcelos e Silva, Júlio Cesar Teixeira Crivellari, Rafael Rocha de Macedo, Emerson de Almeida Fernandes, Mark A. Caldeira, Nadir Antonio Mussio, Reginaldo Vasconcelos Beviláqua, Leonardo Vilar Costa, Jabs Costa, Márcio Cavalcanti de Albuquerque, Isabelly Castro da Silva e Santos, Ivan Alves do Nascimento, David Marcial Ortolan, Irineu Muniz de Resende Neto, Rodrigo Rodrigues de Cunha Paiva, Luiza Flávia R. S. de Almeida, Antônio Varela da Silva Neto, Sarah Raquel L. Amaral, Alexandre Banchi, André Luiz F. da Silva, Cristine Bohrer Ritt, Fabio Gomes da Silva, Luis Malafaia, André Luiz Correa Gomes, Celso Thadeu Carneiro Menezes, Adriana Pereira Frony, Fabrício Gabriel Silva, Christian Ubiratan da Silva Barbosa, Alan Assunção de Paula, Pedro Henrique de O. J. Brito, Ângelo Barbosa de Souza, Carmen Barreira, Alessandro Garcia Vieira, Osiel da Cota Nascimento, Marcos Magno G. Vieira, Mario H. P. Farinon, Eduardo Evaldt Manique, Aluísio Barata Silva;
- Participantes da Reunião da Comissão Estatuinte – 4ª reunião (2019): Isabelly Castro da Silva Santos, Carlos Frederico A. Hirsch, Cristine Bohrer Ritt, Renato Lima, Ilka Denise, Rossetto Galego Campos, Christian Ubiratan da Silva Barbosa, Rafael Fagundes Cavalcanti, Rafael Rocha de Macedo, Mario H. P. Farinon, Roberlei Volpe Beneduzi, Luiz Carlos C. Vasconcelos e Silva, Carlos Magno Soares, Aluísio Barata Silva, Antonino Pio de Carvalho, Renato Araújo da Silva, Mark Anderson Caldeira, José Inácio de Oliveira, Reginaldo Vasconcelos Beviláqua, Felipe da Silveira Bertoglio, Eduardo Evaldt Manique, Nadir

Antonio Mussio, Sergio Marangoni Alves, David Marcial Ortolan, Irineu Muniz de Resende Neto.

- Contribuições espontâneas na consulta pública (por Região):

Região	Associados	Região	Associados
AC	2	PB	14
AL	3	PE	22
AM	8	PI	10
BA	22	PR	149
CE	24	RJ	100
DF	51	RN	27
ES	31	RO	2
GO	25	RR	1
MA	18	RS	284
MG	170	SC	197
MS	19	SE	12
MT	3	SP	411
PA	5	TO	1

- Lista de representantes no grupo de e-mails da Estatuinte em 2017: Luiz Fernando Vendramini, Jonathan H. Golvier, Alessandro Garcia Vieira, David Ortolan, Renato de Araújo da Silva, Isabelly Castro da Silva e Santos, Emanuelle Luanda Feitosa Souza, Carlos Magno Soares, Vera Marcia Benzi, Carlos Frederico dos Santos, Rodrigo Franco de Sá de Paula, Thiago Simplício, Aluísio Barata da Silva, Aldenise Cordeiro Santos, Clóvis Santiago Cavalheiro, Leonardo Vilar Costa, Mark Anderson Caldeira, Deyvison Emanuel Lima Menezes, Cristine Ritt, Rafael Matias, Carlos Delmar Lima Lyrio, Jabs Costa, Antonino Pio de Carvalho Sobrinho, Winder Garcia, Francisco Neves Siqueira, Cleudson de Oliveira e Silva, Luiz Malafaia, Wendell de Barros Dantas, José Pracilio da Siolva Filho, Paulo Henrique Maciel Barbosa, Sergio Marangoni Alves, André Torricelli F. da Rosa;
- Lista de representantes no grupo de e-mails da Estatuinte em 2018 e 19: Alessandro Garcia Vieira, David Ortolan, Renato Araújo Silva, Isabelly Castro da Silva e Santos, Carlos Magno Soares, Vera Marcia Benzi, Carlos Frederico dos Santos, Rodrigo Franco de Sá de Paula, Thiago Simplício, Aluísio Barata da Silva, Aldenise Cordeiro Santos, Reginaldo Vasconcelos Beviláqua, Leonardo Vilar Costa, Mark Caldeira, Deyvison Emanuel Lima Menezes, Cristine Ritt, Carlos Delmar Lyrio, Antonino Pio de Carvalho Sobrinho, Luiz Malafaia, Wendell de Barros Dantas, Paulo Henrique Maciel Barbosa, Sergio Marangoni Alves, Emanuelle Luanda Feitosa Souza, Ricardo Kontz, Elcio Daniel, Christian Barbosa, Adriano Chaves, Mariana de Marchi, Alan Assunção, Luiz Carlos Vasconcelos, Nadir Antônio Mussio, José Inácio de Oliveira, Marco Romeu, Pedro Pavão, Giselda Natália de Souza Winck Rocha, Júlio Cesar Teixeira Crivellari, Elinson Soares de Araújo, Marcio Albuquerque, Felipe Bertoglio, Eduardo Manique, Ivan Nascimento, Rafael Rocha Macedo, Renato Eugênio de Lima.